

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 2004

Dispõe sobre o hasteamento da
bandeira do Mercosul

Autor: Deputado DR. ROSINHA

Relator: Deputado JOSÉ EDUARDO
CARDOZO

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dr. Rosinha pretende dispor sobre o hasteamento da Bandeira do Mercosul em conjunto com a Bandeira Nacional, nas ocasiões previstas no art. 134 da Lei nº 5.700, de 1971, observado o disposto no art. 19 do mesmo diploma legal.

Na justificação, seu ilustre autor assevera que “o projeto do Mercosul passa pela criação de uma identidade latino-americana que de muito transcende objetivos meramente econômicos. Desta forma, propomos a lei que ora apresentamos, de modo a tornar obrigatório o hasteamento da bandeira do Mercosul em todos os nossos órgãos públicos. Um símbolo poderoso como o da Bandeira, sem dúvida irá ajudar na criação do sentimento de solidariedade regional que ora precisamos cultivar.”

A proposição em apreço foi distribuída, inicialmente, à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, cuja Representação Brasileira, unanimemente, concluiu por sua aprovação, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, o eminente Senador Pedro Simon.



0127162831

Em seguida, a referida proposição foi examinada pela Comissão de Educação e Cultura, que, também, unanimemente, a aprovou, na forma do substitutivo adotado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do parecer do relator, o nobre Deputado Rubem Santiago. O ilustre Deputado Lobbe Neto apresentou voto em separado.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a matéria do ponto de vista da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a teor do que determina o art. 54, I, do Regimento Interno.

A proposição em epígrafe tramita no rito ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, também do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Quanto aos aspectos de competência deste Órgão Colegiado, estão obedecidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União (art. 22, I, CF); à atribuição do Congresso Nacional, com posterior sanção do Presidente da República (art. 48, *caput*, CF); e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, *caput*, CF).

No que toca à juridicidade, não se vislumbra nenhuma incompatibilidade material entre o contido nas proposições mencionadas e o ordenamento jurídico vigente.

Entretanto, quanto à técnica legislativa, faz-se mister adequar as proposições em exame às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Neste sentido, propomos as anexas emendas, com o objetivo de sanar as incorreções e lapsos que apresentam.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.246, de 2004, e do substitutivo adotado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 2004**

Dispõe sobre o hasteamento da
bandeira do Mercosul

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se, no art. 1º do projeto, o termo “observando” por
“observado”.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL AO PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 2004

Dispõe sobre o hasteamento da
bandeira do Mercosul

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à ementa do substitutivo a seguinte redação:

“Altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971”.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO
MERCOSUL AO PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 2004**

Dispõe sobre o hasteamento da
bandeira do Mercosul

EMENDA ADITIVA

Acrescentem-se, ao final da nova redação dada pelo art. 1º do substitutivo ao art. 13 da Lei nº 5.700, de 1971, as letras maiúsculas “NR”, entre parênteses.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Relator

